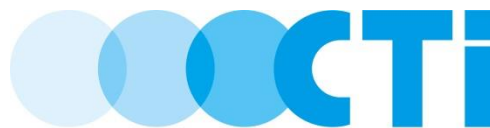




REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS



CONVENTION AGAINST TORTURE INITIATIVE
CTI2024.ORG

SEMINÁRIO SOBRE A CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA
TODAS AS FORMAS DE TORTURA E TRATAMENTOS CRUÉIS,
DESUMANOS OU DEGRADANTES

DIÁLOGO E COOPERAÇÃO SOBRE A RATIFICAÇÃO DA
CONVENÇÃO

Luanda, 27 e 28 de Agosto de 2019
Local: Sala de reuniões do Hotel Presidente em Luanda

8H30-9H00 Chegada dos Participantes.

9H00 – 09H30 Sessão de Abertura:

Mesa Présidium

- **Breves Considerações** – Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania, Dra. Ana Celeste Cardoso Januário
- **Observações iniciais da CTI-**
 - Representante Permanente do Gana junto da ONU em Genebra, S.E. Ramses Joseph Cleland
 - Chefa do Secretariado da CTI, Dra. Alice Edwards
- **Discurso de abertura** – Secretário de Estado para o Interior, Dr. José Bamoquina Zau

Hora	Programa	Objectivo e conteúdo
Dia 1 / 27 Agosto		
09:00 - 09:30	Sessão de abertura	
09:30 - 09:35	Vídeo da CTI sobre a CAT (90 segundos)	
09:35 - 10:00		Foto de Grupo e Coffee Break
10:00 - 10:45	A. Introdução à Convenção da ONU contra a Tortura e aos instrumentos regionais relevantes <i>Sr. Carlos Weis, Defensor Público do Estado de São Paulo, Brasil</i>	A primeira sessão vai: Fornecer uma visão geral da CAT e dos instrumentos regionais relevantes <ul style="list-style-type: none"> ✓ História e relevância da CAT e da proibição da tortura e dos maus tratamentos; ✓ Sumário das obrigações legais substanciais da CAT: proibição, prevenção (mais detalhes em sessão subsequente), formação, educação, revisão, queixas/investigações/processo, non-refoulement e extradição, relatórios (mais detalhes em sessão subsequente).
10:45 - 11:15	B. Introdução aos instrumentos Africanos e Legislação Angolana relevantes e as suas ligações com a CAT <i>Exma. Maria Teresa Manuela, Relatora Especial da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos para as Prisões, Condições de Detenção e Policiamento em África</i>	Esta sessão vai: <ul style="list-style-type: none"> - Relembrar a relação entre a CAT e os instrumentos regionais (particularmente o artigo 5º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos); - Introdução às Diretrizes de Robben Island para a Proibição e Prevenção da Tortura em África; - Papel da Relatora Especial; - Papel do Comité para a Prevenção da Tortura em África.
11:15 - 12:45	C. Definição e contextualização da tortura e de maus-tratos <i>Sr. Carlos Weis, Defensor Público do Estado de São Paulo, Brasil</i>	Esta sessão vai: <ul style="list-style-type: none"> - Explicar, distinguir e contextualizar o que constitui tortura ou maus-tratos; - Explorar os limites através de exemplos; (perspectivas profissionais versus perspectivas legais); - Contextualizar o significado da tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes através de exemplos de diferentes contextos. Os participantes são convidados a fazer perguntas sobre os seus âmbitos e as suas experiências (ex. detenções, operações militares, protestos, utilização legítima da força, etc.) <p style="text-align: right;"><i>Tempo para perguntas e discussões.</i></p>
12:45 - 14:00		Almoço
14:00 - 14:10	Apresentação de materiais visuais ligados ao dia 2 <i>Dra. Lilian Stein</i>	

14:00 – 15:30	<p>D. Mesa redonda: Experiências e desenvolvimentos recentes em Angola</p> <p><i>moderador: Exma. Maria Teresa Manuela, Relatora Especial da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos para as Prisões, Condições de Detenção e Policiamento em África</i></p> <p><i>Outros oradores Angolanos de diferentes ministérios / departamentos (identificados por Angola)</i></p>	<p>Esta sessão será uma oportunidade para os participantes apresentarem as suas boas práticas, experiências e desafios em diferentes ministérios / departamentos, incluindo por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disposições constitucionais e legislativas, em particular sobre o Novo Código Penal de 2019; - Garantias jurídicas e processuais em termos de detenção, interrogatório, utilização da força: como funcionam na prática; - O funcionamento do sistema de justiça e a exclusão das provas obtidas através da tortura. - Visão geral dos serviços prisionais e seus procedimentos relacionados, garantias e condições materiais - Formação, educação e procedimentos de avaliação. <p><i>Tempo para perguntas e discussões.</i></p>
15:30 – 16:00	Coffee Break	
16:00 – 17:00	<p>E. Gestão e reforma das prisões: enfoque preventivo da UNCAT e das normas Africanas</p> <p><i>Sr. Carlos Weis, Defensor Público do Estado de São Paulo, Brasil</i></p> <p>Exma. Maria Teresa Manuela, Relatora Especial da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos para as Prisões, Condições de Detenção e Policiamento em África</p>	<p>Esta sessão vai:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fornecer um resumo sobre as formas de prevenir a tortura e os maus tratamentos, em relação com as disposições relevantes da CAT (Art 2, 10, 11, 15, 16) - Introduzir as garantias legais e processuais e o seu funcionamento prático. Regras de Nelson Mandela (ONU) e outras regras Africanas (Luanda, Robben Island...) - Partilhar boas práticas de outros países <p><i>Tempo para perguntas e discussões.</i></p>
Fim do dia 1		

Dia 2/ 28 de Agosto		
09:00 – 09:10	Abertura – Dia 2	Introdução ao programa do dia 2 (formação dos grupos de trabalho paralelos).
09:10 – 11:00	G. Entrevistas investigativas <i>Dra. Lilian Stein, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil</i>	Esta sessão introduzirá: <ul style="list-style-type: none"> - As entrevistas investigativas como alternativas aos interrogatórios para obter confissões; - Boas práticas de técnicas de entrevistas investigativas não coercivas. <p style="text-align: right;"><i>Tempo para perguntas e discussões</i></p>
11:00 – 11:30	Pausa	
11:30 – 13:00	Grupos de trabalho paralelos, facilitados pelos peritos: Grupo 1: Garantias em custódia policial e entrevistas investigativas <i>Dra. Lilian Stein, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil</i> <i>Contributos de Angola</i>	*Grupos de trabalho interativos e práticos* <i>Relatores para cada grupo serão voluntários entre os participantes, para identificar boas práticas de Angola compatíveis com a UNCAT e áreas prioritárias implementação da UNCAT a curto prazo.</i> O grupo 1 trabalhará sobre: <ul style="list-style-type: none"> - As garantias básicas para prevenir a tortura e os maus-tratos no contexto da polícia e da coleta de informações (detenção, custódia e outras situações); - Boas práticas sobre como estas normas se implementam na realidade, tendo em conta os recursos, a capacidade e outras restrições; - Estudo de casos sobre i) entrevistas investigativas não coercivas (afastando-se da coerção) e ii) utilização da força; - Pesos e contrapesos no sistema (ex. mecanismos independentes de queixas policiais).
	Grupo 2: Boas práticas em gestão e reforma das prisões Exma. Maria Teresa Manuela, Relatora Especial da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos para as Prisões, Condições de Detenção e Policiamento em África <i>Contributos de Angola</i>	O grupo 2 trabalhará sobre: <ul style="list-style-type: none"> - As disposições preventivas da CAT (e OPCAT) relevantes para os contextos da prisão e da detenção provisória (preventiva); - As regras de Nelson Mandela e outras diretrizes - Boas práticas sobre como estas normas se implementam na realidade, tendo em conta os recursos, a capacidade e outras restrições; - Pesos e contrapesos no sistema (ex. mecanismos independentes de visitas e/o queixas).
	Grupo 3: Queixas, investigações e procedimentos penais <i>Sr. Carlos Weis, Defensor Público do Estado de São</i>	O grupo 3 trabalhará sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Boas práticas e desafios relativos à criminalização e processamento de incidentes de tortura, tendo em conta o novo Código Penal angolano que inclui a infração de tortura;

	<i>Paulo, Brasil</i> <i>Contributos de Angola</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas sobre como tratar queixas e permitir procedimentos penais e punição dos infractores - Como o princípio de não admissibilidade de provas manchadas pela tortura é compreendido e aplicado em prática
13:00 – 14:00	Almoço	
14:00 – 15:00	Plenário: Relatórios dos Grupos de trabalho paralelos	Os grupos de trabalho apresentarão as suas conclusões sobre as boas práticas e prioridades essenciais que serão levadas em conta no futuro.
15:00 – 15:15	Preencher formulários de avaliação	
15:15 – 16:00	H. Relatórios <i>Dra. Alice Edwards, Chefa do Secretariado da CTI</i>	<p>Esta sessão fornecerá:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma explicação das obrigações básicas dos relatórios <p><i>Tempo para perguntas e discussões</i></p>
16:00 – 17:00	Mensagens conclusivos e próximos passos <ul style="list-style-type: none"> - <i>Dra. Ana Celeste Januário, Secretária de Estado no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos</i> - <i>S.E. Ramses Joseph Cleland, Representante Permanente do Gana junto da ONU em Genebra</i> 	Reflexões finais sobre os próximos passos e oportunidades de colaboração futura. Observações finais.
Encerramento e Coffe Breack		